Para Onde!?
Revista Eletrônica
Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFRGS

ISSN 1982-0003

AS (DES) OCUPAÇÕES DA COLÔNIA AFRICANA DE PORTO ALEGRE: O PAPEL DOS AGENTES HEGEMÔNICOS E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS

The (Un) Occupations of the African Colony of Porto Alegre: the role of the Hegemonic agents and territorial dynamics

Tiago Bassani Rechr *

*Professor de Geografia do Campus Restinga do IFRS / Doutorando do PPGGEA/UFRGS – rechster@gmail.com

Recebido em 23/12/2018. Aceito para publicação em 03/09/2019.
Versão online publicada em 10/09/2019 (http://seer.ufrgs.br/paraonde)

Resumo:

Este artigo contempla a temática da ocupação e desocupação da colônia africana de Porto Alegre, que contemplava o 4º distrito da capital, até o início do século XX. Era um local habitado por negros e constituiu-se, informalmente, como uma das primeiras periferias da cidade. Contudo, com o passar dos anos, aquela área tornou-se uma das de maior valor imobiliário da cidade. Logo, esse artigo propõe-se a analisar os processos que levaram a tal dinâmica naquela área. Busca-se tal compreensão a partir da análise documental, entrevistas e revisão bibliográfica, bem como o registro fotográfico. Como resultados, encontrou-se o fator dos agentes públicos, associados aos anseios dos agentes privados como promotores principais de tais mudanças, desmantelando a territorialidade étnica presente na Colônia Africana de Porto Alegre.

Palavras-chave: Geografia, Análise Territorial, Colônia Africana, Territorialidade Étnica, Dinâmica Urbana.

Abstract:

This article deals with the occupation and occupation of the African colony of Porto Alegre, which included the 4th district of the capital until the beginning of the 20th century. It was a place inhabited by Negroes and constituted, informally, as one of the first outskirts of the city. However, over the years, that area has become one of the most valuable real estate in the city. Therefore, this article proposes to analyze the processes that led to such dynamics in that area. Such an understanding is sought from the documentary analysis, interviews and bibliographic review, as well as the photographic record. As results, the factor of the public agents, associated to the anxieties of the private agents as main promoters of such changes, was found, dismantling the ethnic territoriality present in the African Colony of Porto Alegre

Key-words: Geography, Territorial Analysis, African Colony, Ethnic Territorial Territory, Urban Dynamics.

1 Introdução

A produção do espaço nas periferias possui singularidades que merecem reflexões mais profundas. A análise a partir do espaço tempo contém perspectivas que podem ser recentes ou mais antigas, ou ainda, traçar um paralelo entre os diferentes tipos, bem como possuir características únicas. A perspectiva aqui demonstrada é a do segundo tipo, onde se pretende entender a ação dos principais agentes hegemônicos envolvidos que resultou no processo de (des)ocupação da Colônia Africana de Porto Alegre, considerando as mudanças de paisagem, os marcos territoriais e os processos de segregação econômica. Tais agentes são representados a) pelo poder municipal, responsável pela organização das leis e efetivação de estruturas que permitiram a transformação da periferia numa área que tornou-se inviável para alguns moradores; e b) pelo poder financeiro, recaído nos novos moradores que ocuparam as adjacências da Colônia Africana, sobretudo ao Norte e ao Oeste. As nuances desses papéis se revezam, ora pela ação da Igreja Católica, catalisando as demandas e aspirações dos novos interessados pela área, bem como pela influência, no poder público, da parcela da população com maior poder aquisitivo, em propor mudanças legislativas e introdução de infraestruturas mínimas nas áreas que permitiram a instalação de novos moradores, e também o aumento de alíquotas de impostos.

Tal análise se debruça sobre ações que permeiam a primeira parte do século XX, em Porto Alegre. Inicialmente, é trazido à reflexão o papel do poder público e privado nas periferias e na regularização fundiária, numa discussão sobre o papel territorial ali envolto. A Colônia Africana se localizava no 4º distrito de Porto Alegre – Rio Grande do Sul, conforme representou Bohrer (2011) (Figura 1). Cabe destacar que, à época, esse e outros territórios negros da cidade perfaziam o seu conjunto periférico. O que está destacado em verde, na figura, representa o atual centro da cidade. Anteriormente, condizia com toda a parte urbanizada da capital. Atualmente, essa região compreende o bairro Rio Branco e, nas suas adjacências, os bairros Mont'Serrat, Moinhos de Vento e Auxiliadora, locais ocupados pela classe média alta da cidade.A estrutura do texto deve ser dividida em partes não numeradas e com subtítulos (fonte Arial, tamanho 12, negrito e primeira letra maiúscula). É necessário para os artigos conter: Introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências.

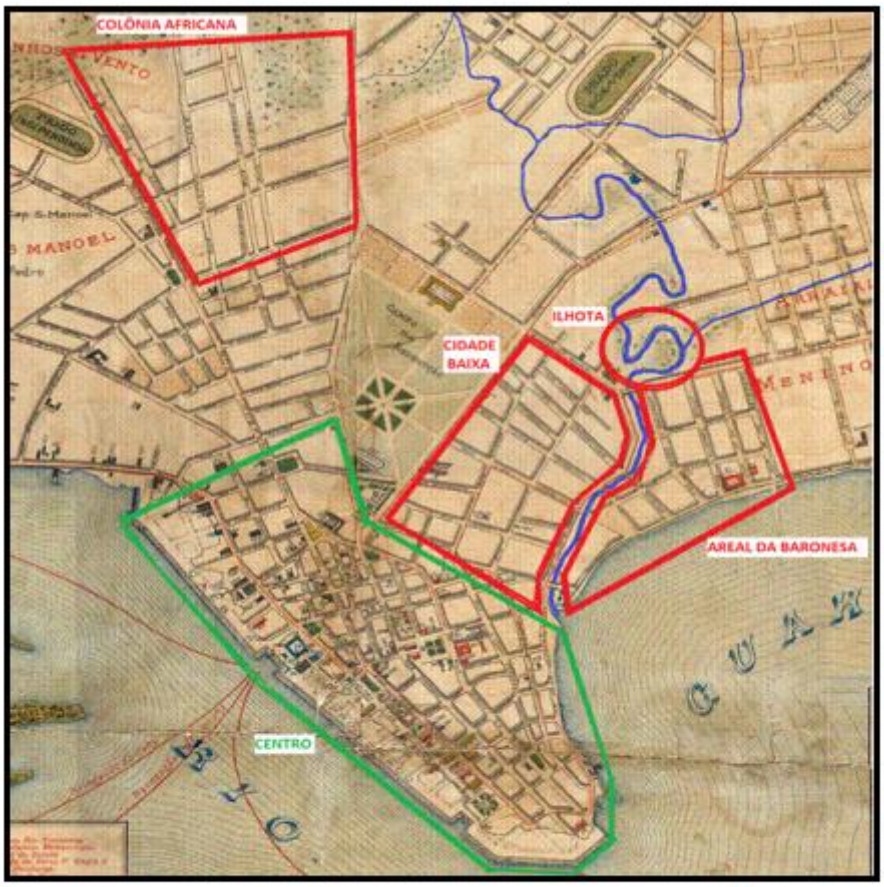

Figura 1: Mapa de localização dos Territórios Negros Urbanos no final do séc. XIX. Fonte: Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho [Mapoteca].

2 As ações ocorridas na Colônia Africana

Ao analisar o processo, o primeiro agente é o poder público e privado, em seus papéis como atores da mudança do "lugar da moradia" daqueles indivíduos. Nesse sentido, Gamalho (2009), colabora a respeito dos processos de produção do espaço nas periferias de Porto Alegre, onde essa produção é fruto de diferentes atores sociais, especialmente, a quem cabe o papel de organizadores e reguladores desse espaço. Nesse sentido, as relações que ocorrem acerca do espaço tornam-no:

> concebido, planejado e participa dos jogos de poder dominantes, produzindo as representações do espaço, que, não obstante, servem para encobrir as distinções materializadas nos lugares, ou seja, o que é definido como caos, não é estranho ao planejamento. É vivido a partir da experiência e cultura, produzindo o espaço de representação, lugar metamorfoseado em acolhimento ou repulsa. E é percebido a partir das experiências corpóreas, das práticas socioespaciais, da produção da existência humana no cotidiano. (GAMALHO, 2009, p. 30).

Ora, o espaço organiza-se em territórios a partir das relações existentes, porém, tais relações obedecem a uma hierarquização, onde acaba prevalecendo o poder do capital sobre as classes menos favorecidas e o poder do Estado referenda a organização dada pelo capital. Tais ações resultam, entre outros fatos, na regularização fundiária. Rocha (2007, p. 34), ao estudar tais processos, em Porto Alegre, percebe as diferentes dinâmicas existentes nesse espaço, distintas entre as classes sociais que o ocupa. Para o autor, "com recursos financeiros é possível estabelecer moradia em qualquer local da cidade. A classe trabalhadora, no entanto, está submetida às limitações de capital". Isso sugere o olhar para o passado, onde os processos de expropriação que ocorreram na Colônia Africana (já no início do século XX) indicam ser precursores desse fenômeno.

A partir dos processos de regularização e inserção de novas infraestruturas na Colônia Africana, promovidas pelo poder público, com apoio dos capitais, novas dinâmicas territoriais foram experimentadas pelos moradores que ali habitavam. Gradativamente, a inserção de novos atores nesses locais contingenciou as modificações necessárias para que fossem implementadas as infraestruturas que o caracterizaram como tal, fruto de suas reivindicações, quer sejam antigos (remanescentes da Colônia Africana), quer sejam novos moradores. O cônego Mathias Wagner (da capela da Piedade, erguida na rua Cabral, bairro Rio Branco) se declarava o grande responsável pelas ações (KERSTING, 1998) que resultaram no calçamento das ruas, alargamento de outras vias, higienização e "embelezamento" das ruas próximas[1] .

Apesar da valia das reivindicações, o que se propõe a pensar não é a ação em si, mas sim, o que leva a ação a acontecer e o seu significado para os moradores, num processo lento e gradual, que o torna pouco perceptível para quem ali habitava há anos. Assim, esse conjunto de características não é fruto apenas de uma mudança orgânica de ocupação dos bairros, mas sim, de um processo planejado e que tem raízes nos meios desiguais de produção. A esse respeito, Kersting (1998) afirma que

> por volta desses anos (1910-1920), a Colônia Africana também surge como área de atividade da Cia. Territorial Rio-grandense, uma das empresas de loteamentos que atuavam nos subúrbios de Porto Alegre. Assim, a Colônia Africana vai sendo urbanizada e descaracterizada como área essencialmente negra, até se transformar no bairro saneado que se vê em 1922. (KERSTING, 1998, p. 195).

Logo, as estruturas do poder organizador dessa porção do espaço são

[1] De acordo com o Projeto de Melhoramentos (1914, p. 6), proposto pela prefeitura municipal, na gestão José Montaury, consta propostas de alargamentos e aumento de ruas na área correspondente à Colônia Africana.

orientadas por um grupo hegemônico, composto pelos segmentos mais favorecidos financeiramente, que se valeram dos acessos aos instrumentos formais de conhecimento e estruturação social da cidade, bem como dos caminhos de como organizá-la a favor dos seus interesses ou de outros do seu convívio. Especificamente na Antiga Colônia Africana, esse papel é desempenhado pelo cônego Matias Wagner e pelos clamores da população que vai se instalando nas proximidades, principalmente, os judeus que imigraram para Porto Alegre.

Kersting, mais uma vez, ilustra bem os fatos:

> Essas considerações parecem dar crédito e muitos pontos àquela versão do importuno cônego Matias Wagner de que, por seu intermédio e pressão pessoal junto ao "bom Sr. Dr. Montaury", conseguiu que a Intendência fizesse uma série de melhoramentos urbanos na área, ao ponto de torna-la irreconhecível.
>
> [...] Entretanto, isso não quer dizer que as mudanças se devam exclusivamente à atuação particular daquele vigário, antes, pelo contrário: elas só foram possíveis porque já existia uma população que já se achava bastante forte e com o direito de exigir mudanças da administração municipal, sendo que o cônego teve, provavelmente, um papel imprescindível como um porta-voz privilegiado e insistente das reinvindicações daqueles moradores junto à Intendência. (KERSTING, 1998, p. 193-194).

Sobre os judeus, o autor afirma que:

> Mas nenhuma outra etnia – tirando a negra, obviamente – presente na Colônia Africana é mais importante e mais bem documentada do que a dos judeus, que apareceram por ali também na década de 1910. Em geral, comerciantes, fixaram moradia e negócios no local, transformando a parte baixa daquela área em uma espécie de continuação do bairro Bom Fim, o seu reduto mais tradicional. (Idem, p. 197).

Como demonstrado por Kersting, o interesse pelo solo da Colônia Africana desencadeia um novo arranjo territorial, baseada na mercantilização do solo urbano e seu encarecimento, se vincula a processos de desestruturação destas comunidades tradicionais, de forma a imputar-lhes outro modelo de território através de uma cultura diferente da primeira, gradativamente estabelecida e que não permite a coexistência de ambas. Destaca-se, ainda, que são próprias da cultura africana e afro-brasileira as relações de proximidade entre os seus, vinculadas, especialmente, pela religião de matriz africana. Considerando tal característica, a função da instalação da capela Nossa Senhora da Piedade, na Colônia Africana, é um marco para o processo de desmantelamento territorial desse bairro, o que guarda semelhanças ao que Isabel Henriques (2004) descreve na Angola colonial. Evidente, nela,

esse processo ocorre com a chegada dos portugueses e a introdução de sua cultura, já na Colônia Africana, a introdução dos valores católicos através do cônego e da pressão por melhorias dos demais moradores tende a desarticular a territorialidade outrora constituída.

Tais processos não são apenas pertinentes à Colônia Africana[2], que os sofreu pela entrada de novos moradores na região (KERSTING, 1998) e que, de acordo com os moradores, eram, principalmente, germânicos, trazendo consigo a sua cultura e formando um novo círculo social. Esses moradores eram os proprietários de fábricas instaladas na zona norte da cidade, especialmente, no bairro navegantes. Conforme o autor, como faziam parte da cadeia produtiva, sugere-se que tenham prestígio frente a administração pública, em virtude da atividade que desempenham. Essa relação próxima favoreceu a disponibilidade e instalação de infraestruturas no bairro, desenvolvendo o processo de urbanização, que, atualmente, é intenso. As infraestruturas urbanas são válidas e necessárias para a cidade, mas ao mesmo tempo em que têm esse papel benéfico, desperta a atenção para outros grupos sociais, através da reconfiguração urbanística que, mais tarde, vai levar a uma nova territorialidade, pois agrega à mesma porção do espaço mais de um grupo étnico-social, ou seja, acaba recodificando a característica do bairro étnico e, socialmente outrora constituído, impactando na cultura arraigada ali presente e seus marcos simbólicos.

Ana Fani, ao escrever sobre esse fenômeno e suas relações, afirma que

> É pelo uso (como ato e atividade) que a vida se realiza e é também através uso que se constroem os “rastros” que dão sentido a ela, construindo os fundamentos que apoiam a construção da identidade revelada como atividade prática capaz de sustentar a memória. O espaço urbano representa, antes de mais nada, um uso, ou ainda, um valor de uso e desta maneira a vida se transforma, com a transformação dos lugares de realização de sua concretização, que a norma se impõe e que o Estado domina a sociedade, organizando, posto que normatiza os usos através dos interditos e das leis. (CARLOS, 2007, P. 30).

A configuração desse verdadeiro palco, ou cenário, como afirma Ana Fani, é dinâmico, atendendo às necessidades dos indivíduos e sofrendo as ações do Estado e dos grupos de maior poder. No caso da Colônia Africana, essa associação foi capaz de modificar não apenas a paisagem, mas sim, a territorialidade expressada outrora na região, ou seja, na relação dialética estabelecida, a paisagem resultante não é pautada apenas pela observação, mas sim, pela percepção, uma vez que as pessoas que por ali transitam, naquele momento, são outras também.

[2] De acordo com as memórias dos moradores mais antigos e que permanecem no bairro (como o Sr. Antônio), ocorreu a entrada massiva de muitos imigrantes oriundos da Alemanha, na parte norte do bairro, ou seja, ao norte da Av. Plínio Brasil Milano, principalmente.

3 A dinâmica da Paisagem e os marcos territoriais

As modificações que ocorreram nesses bairros não são privilégios exclusivos. Por óbvio que em outros essa dinâmica também ocorre, porém, as melhorias efetuadas nas residências, os calçamentos das ruas e as demais infraestruturas disponíveis não fizeram com que a população predominante do bairro se modificasse. Logo, percebe-se que a dinâmica das modificações paisagísticas ocorridas segue o perfil que a cidade naturalmente adquire com o passar do tempo.

Destaca-se que a modificação ocorrida na paisagem envolve a compreensão de sua intencionalidade, sobretudo, no que diz respeito às formas, funções, à sua dinâmica (transformação) e suas estratégias de apropriação e uso. Assim sendo, o que ocorre é a demonstração desvelada do processo resultante: a combinação das políticas públicas com as demandas dos novos moradores da Colônia Africana. Das entrevistas com os moradores, restou aquilo que Lacoste define como uma *beau paisage* (aquela lembrança melancólica de tempos passados, ressaltando as relações que já não existem mais).

Em relação à paisagem, Bertrand nos diz que:

> [ela] não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto, instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. A dialética tipo-indivíduo é o próprio fundamento do método da pesquisa. (BERTRAND, 1971, p. 2).

E na perspectiva dessa relação da paisagem como reflexo das práticas, encontra-se parte da entrevista com a família Rosa, moradores de muitas décadas da Rua Com. Reinghantz, numa casa simples, quase na esquina da Plínio Brasil Milano. É uma moradia que destoa das demais da rua, que são de alto padrão de construção e demonstram grande poder aquisitivo. É uma família negra que reside ali desde a década de 30 do século XX[3].

A situação da residência da família já denota o contraste territorial, ou seja, ela demonstra fatos passados atuando no presente. Esses fatos corroboram para o entendimento de que a territorialidade é uma consequência, um somatório de situações, embates e conflitos políticos, entre o público e o privado. Na memória da família, é salientado o fato

[3] As pessoas que participam da entrevista são Cátia, filha mais nova, Dona Catarina (77 anos), que é tia de Cátia, e o Sr. Ercílio (81 anos), que chega depois e, nessa fala, possui pouca participação. Dona Catarina faleceu em novembro de 2011. Consigo, enterra toda a sua memória tão importante para esse trabalho. Entrevista realizada em 09/2010.

anterior, ou seja, o fato que gerou as marcas presentes no bairro, signos de um tempo passado. De acordo com a Dona Catarina, a sua convivência se dava "com menos pessoas, não tinham esses prédios". O cotidiano de periferia, à época, em relação ao centro da capital incluía, também, as atividades laborativas de seus pais. Ela relata que eles trabalhavam em serviços braçais, sendo seu pai pedreiro e sua mãe, lavadeira. Menciona, sobretudo, a existência de um marco territorial significativo para eles, *"(...) Ela lavava roupa na bica da Carlos Trein. Não tinham os prédios, eles passavam pelos fundos das casas"*. Quando indagada sobre o trajeto que os pais faziam para o trabalho, ou seja, qual o convívio que existia, ela menciona que tinham de caminhar para tomar a condução, *"aí ela pegava a Av. Independência, né, para ir de bonde"*. O contexto do bairro remetia a uma organização mais próxima do rural do que do urbano. Conforme segue a entrevistada: *"aqui na Carlos Gomes que tinham vacas, leite, essas coisas, que eles iam buscar. Agora pão, às vezes tinha um guri que vinha trazer pão para nós. Não sei no que ele andava, acho que era a pé"*.

Em relação às infraestruturas disponíveis, dona Catarina relata que a rua principal da região era a Plínio Brasil Milano, conhecida, antigamente, como Rua da Bica, pela sua proximidade (fig. 2 e 3). Porém, a imagem que mantém em sua memória é de outro aspecto: *"ouvia minha mãe falar que aqui perto tinha árvores tinha isso, tinha tinha aquilo para descer. Agora, tudo é asfalto, na época era chão batido isso eu me lembro"*. Em relação às residências, elas "*não eram na altura que são agora, eram todas baixas, porque agora é tudo prédio"*. Em relação ao alinhamento das ruas, o recuo era mais estreito: *"não sei como não batiam"* (os carros) quando passavam, relata a antiga moradora. Na figura 2 percebe-se claramente qual era o nível da rua no tempo relatado pela dona Catarina, pois a bica estava alinhada com ela. Atualmente, está, aproximadamente, um metro abaixo do nível da calçada.

Figura 2 Nível da bica na Rua Carlos Trein Filho. Fonte: acervo do autor

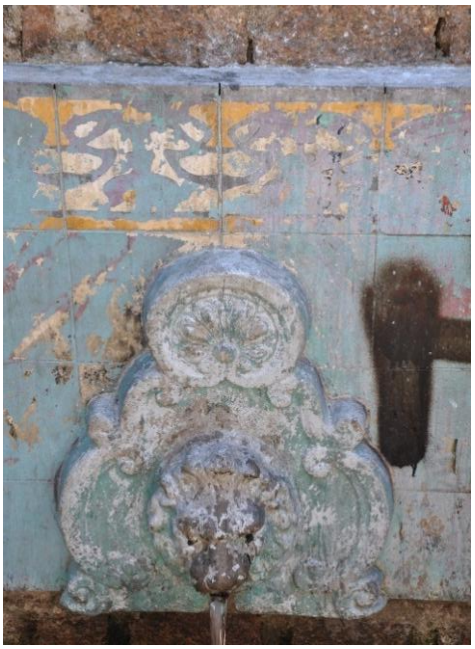

Figura 3. Detalhe da bica. Fonte: acervo do autor.

As relações sociais antigas, descritas pelo relato da família, remetem ao binômio passado versus presente, da refuncionalização dos espaços e das novas territorialidades geradas pela dinâmica expressa nos bairros, visto da atividade da mãe de Dona Catarina, que era lavadeira, na bica da Rua Carlos Trein Filho. Sua residência permanece a uma quadra de distância da rua onde se encontra a bica, numa área baixa, no declive do relevo do bairro. Os locais de passagem desses moradores eram seus pontos de referência no espaço, pois eram os locais do convívio e, ao mesmo tempo, tornaram-se dotados de significado, de identidade e de pertencimento daquela comunidade que os utilizavam. Dessa forma, pelo uso e pela passagem, se territorializavam, tornando-se marcadores territoriais, tal qual sua herança africana.

Tal forma de territorializar-se pelo uso é uma herança de povos mais antigos, como os descendentes de africanos e os nativos das Américas. Quem traz a perspectiva africana dessa relação com o solo pelo uso é a pesquisadora portuguesa Isabel Henriques (2003, p18), conforme já descrito anteriormente, observando o processo de modificação das territorialidades étnicas e culturais, com o uso da força, em Angola. Conforme a autora, quando Portugal impetrou o golpe de Estado em Angola, havia um projeto de Ferreira Diniz. Nesse projeto, conforme a autora, haviam orientações fundamentais para a organização do território angolano e, tais organizações passavam pelo desmantelamento dos territórios dos africanos que ainda não eram angolanos.

Isso sugere que tal ação se torna possível com o enfraquecimento territorial das comunidades tradicionais. Tal qual em Angola, a estratégia é semelhante. A Colônia Africana, outrora “um lugar sem ordem” (como eram os relatos dos jornais da época), passaria a ter uma ordem a partir

do poder público municipal e suas políticas. Henriques demonstra o significado cultural do território e como o Estado se apropria desse conhecimento para dominá-lo.

4 A ação do poder público e o processo territorial: agentes e forças

Numa relação com a organização das cidades e, em especial, aludindo aqui a Porto Alegre, Lefebvre (2001) esclarece que a organização territorial proposta pelo poder do Estado acompanha a mesma estrutura de uma empresa e que essa é ditada pelo capital hegemônico e que a organização das cidades terá essa mesma baliza: a visão da elite financeira. Essa forma de organização é explícita no relato do Sr. Antônio, onde toda a parte ao norte da Av. Plínio Brasil Milano (antiga Rua da Bica), foi loteada pela prefeitura e destinada à ocupação por germânicos. Tal fato rendeu às ruas criadas nomes de suas personalidades ou de moradores destacados da região. Assim como aconteceu com a Colônia Africana, que se territorializou através da inclusão, naquele território, de seus valores e símbolos representantes de sua cultura, quando da migração dos germânicos para a mesma área, acabou por se tornar visível seus símbolos e marcos culturais, tais como a instalação da primeira igreja pentecostal do Porto Alegre, na esquina das ruas Mariland e Eudoro Berlink, onde obteve adeptos rapidamente. Assim como foi construída a igreja, no final da atual Rua 24 de outubro, de acordo com a memória do Sr. Antônio, foi construída a Praça Júlio de Castilhos, com características funcionais de praças germânicas, (por exemplo, a presença de banheiros, fontes e outras características que demonstram "higienização"[4]).

Conforme descreveu Kersting (1998) anteriormente, a ação dos moradores junto ao poder público já no início do século passado foram cruciais para o processo. Alfonsin (2000) destaca a importância do Plano Geral de Melhoramentos de 1914 que, embora não tenha sido transformado em lei, destinou, durante quatro anos, recursos para sua implementação. O Plano Geral de Melhoramentos "teve grande impacto na cidade, por ser ao mesmo tempo produtor e produto do imaginário social" (ALFONSIN, 2000, p. 56). Porém, ressalta a autora, as mudanças introduzidas por esse plano tiveram seu "lado obscuro", o "lado não registrado pela História oficial". Não foi ao acaso que as grandes avenidas e melhoramentos propostos passavam pelas áreas "pobres e acortiçadas" da cidade. A ação do poder público de prover as infraestruturas básicas para o desenvolvimento urbano, agindo em conjunto com o poder privado. De acordo com a autora,

[4] Com a imigração dos alemães para Porto Alegre no séc. XIX, muitos engenheiros e arquitetos vieram para a cidade. Três deles se destacam, de acordo com Weimer (2010): Friedrich Heydtmann, Johann Grünewald e Theodor Wiedersphan.

> a diferença na taxação era bastante alta, desde o nascedouro da tributação diferenciada, fazendo com que, justamente os pobres, pagassem 15% mais do que os cidadãos com renda suficiente para morar em um prédio próprio. Estabelecia-se uma espécie de progressividade fiscal às avessas, na qual "quem pode manos, paga mais". A logicidade do princípio só pode ser explicada pelo fato de que, em verdade, a taxação diferenciada, atendia, de fato, a outros objetivos que não o de "fazer caixa". (ALFONSIN, 2000, p. 75)

A autora menciona ainda outro processo, ao qual o Sr. Antônio se referiu, em relação a tributos e locais de moradia. A Cia Territorial Porto Alegrense loteava nos bairros Navegantes e São Geraldo, à época, inacessível para a maioria da população. O crescimento populacional aumentou enormemente durante as duas primeiras décadas do séc. XX, passando de, aproximadamente, 80 mil habitantes para 180 mil, porém, a sua distribuição ocorria por fatores, também, econômicos, o que gerava uma segregação, conforme relata o Sr. Antônio:

> Mas o que te posso dizer sobre a história do bairro é que lá, no caso da Colônia Africana (...) se chamava assim o bairro Bom Fim, a segunda Colônia Africana foi aqui no bairro Mont'Serrat e houve um divisor de águas aqui, porque ali na Plínio Brasil Milano até a Benjamim Constant era alemães.

Complementa a autora:

> A hipócrita elite citadina, ao que parece, ganha sempre às custas dos pobres. Reclama da ausência de higiene dos cortiços, mas lucra às suas custas. Por intermédio da Intendência eleva impostos para essa tipologia habitacional e repassa-os aos moradores, elevando aluguéis. Quando a situação já é insustentável e o pobre realiza uma migração "intra-urbana" para a periferia da cidade, o capitalista lá está a sua espera para lhe vender um lote. (ALFONSIN, 2000, p. 77).

Henri Lefebvre (2001) debate essa associação do poder público com o privado, sendo que o "Estado age por cima e a empresa age por baixo". Ou seja, para a Colônia Africana, enquanto que o poder público trabalhava para implementar infraestruturas, o poder privado iniciava a compra dos terrenos de uma "Colônia" agonizante pelo desmantelamento de seu território, justamente por essa descaracterização de sua configuração, sem pensar em alguma estratégia para os seus moradores. Ainda era recente, em seu imaginário, o cenário da escravidão. Mas ao que Lefebvre intenta é explicar que essa lógica associativa entre Estado e empresa leva à segregação social (quadro, por exemplo, em que vive hoje o Sr. Antônio e os demais moradores "antigos" do Mont'Serrat –os que restaram – com a proposta pela Prefeitura Municipal da progressividade da alíquota do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano - e, por se tratar de uma área nobre da cidade, os valores

ficariam ainda mais elevados, de acordo com as divisões de arrecadação dadas pela LC 7/73[5]).

Para a análise da segregação, Lefebvre indica os seguintes caminhos:

> O fenômeno da segregação deve ser analisado segundo índices e critérios diferentes: ecológicos (favelas, pardieiros, apodrecimento do coração da cidade), formais (deterioração dos signos e significações da cidade, degradação do "urbano" por deslocação de seus elementos arquitetônicos), sociológico (níveis de vida e modos de vida, etnias, culturas e subculturas, etc.). (LEFEBVRE, 2001, p. 98).

Dialogando com LeFebvre, é possível analisar a segregação espacial ocorrida na Colônia Africana pelos diferentes critérios, que perpassam seus antigos e atuais moradores. Pode-se dizer que ela ainda existe, não no mesmo local físico, mas impregnada na territorialidade gerada por ela e que é viva no Movimento Negro, em suas ações para não deixar essa memória se perder ao longo do tempo, bem como para os locais para onde os moradores “expulsos” foram se reacomodar.

Entre os critérios de análise está o recorte histórico, pelo viés sociológico, ao se tratar dos níveis e modos de vida, etnias, etc. Em seguida e/ou concomitante, a análise pelos aspectos formais, pela ação de segregação dada pela modificação da simbologia que servia como marcador territorial para aquela etnia, sendo que é próprio do povo negro territorializar-se a partir de símbolos do cotidiano, como, por exemplo, casas, praças, lugares de passagem corriqueiros, ou seja, aspectos concretos presentes nos seus territórios, como descreve Henriques e corrobora para isso Cunha Jr e Ramos.

E o terceiro é o aspecto ecológico, ou funcional, percebendo a característica que ele possui atualmente, que resulta nas composições que o urbano apresenta, como a realocação daquelas pessoas nos morros da cidade, causando um inchaço, bem como a construção e conjuntos habitacionais (COHAB) e as modificações ocorridas no centro da cidade. Os três critérios não se apresentam isolados, mas sim, na sua imbricação, na sua correlação, pois, ao mesmo tempo em que as ações governamentais promovem a modificação na forma, interferem na organização social, visto que essas pessoas precisam de um novo local para residir, procurando, então, as estruturas que o próprio poder público disponibiliza (ou não) para tal fim. Logo, mesmo as áreas irregulares ocupadas por essas pessoas assim o são pela própria intenção do poder público. É mais fácil e econômico que elas sejam ocupadas dessa forma do que prover loteamento popular para todos esses.

Cristiano Rocha (2007, p. 34), ao analisar o processo de formação das áreas irregulares de Porto Alegre, percebe a segregação como fator-

[5] A Lei Complementar Municipal de Porto Alegre 7/73 dispõe sobre as alíquotas de cálculo do IPTU e essas alíquotas são diferenciadas de acordo com a divisão fiscal de arrecadação, ou seja, se o imóvel estiver em alguma área considerada nobre da cidade (1ª Divisão Fiscal), a alíquota é mais elevada.

chave, para ele, o proletariado "que ocupa áreas irregulares sofre com a segregação socioespacial, expressa não só na falta de registro de posse da terra e regularização urbanística, mas também na falta de infraestrutura, de equipamentos e transportes coletivos adequados".

Para Alfonsin,

> por um processo de segregação urbana que operou com base em critérios étnicos e de mercado, a Colônia Africana, moradora da região hoje conhecida como Bairro Rio Branco foi desalojada e expulsa para uma área mais periférica, por mecanismos de mercado. O local de destino é o atual Bairro Mont'Serrat (ALFONSIN, 2000, p. 86).

Esse processo ressaltado pela autora vai gerar modificações na organização dos moradores, causando o rearranjo territorial. A área é muito próxima do local anterior, é a sua continuação. É como um movimento de propagação e ondas num lago, que vai levar a Colônia Africana para as áreas marginais da cidade, "onda" após "onda", porém, sua territorialidade, embora mesclada com o novo ambiente e retrabalhada, se manifesta.

Em relação à territorialidade do povo negro, enfatizado por Cunha Jr. e Henriques, é necessário ter o entendimento de que ao trabalhar a cultura africana e afro-brasileira, a análise recai sobre seu todo, ou seja, é uma análise pelo conjunto de representações e seus sentidos. Isso significa que o campo religioso possui importância no entendimento da territorialidade afro-brasileira, no sentido de caracterizar cada símbolo ritualístico, ele se faz presente na relação que os mesmos desempenham na sua territorialidade, como, por exemplo, na simbologia descrita anteriormente nos marcadores territoriais.

As ações do poder público sobre a Colônia Africana atingem a dimensão territorial, pois gera segregação na medida em que promove um grupo social em detrimento de outro. O agrupamento do "pobres" da cidade, majoritariamente negros, devido à abolição da escravatura ainda recente e os crescentes índices de migração para Porto Alegre, grande parte, também negros vindos do interior (ALFONSIN, 2000), e das ações do poder público de "embelezamento" do centro[6], vai concentrá-los nas áreas periféricas, especialmente o Areal da Baronesa e Colônia Africana. Então, a segregação gerada pelo poder público, aliada às pessoas mais abastadas da cidade, promovendo a reorganização da cidade aos moldes de Paris de Haussmann, agrupa os "ricos" de um lado e os "pobres" de outro.

Essas ações do poder público resultaram nos processos territoriais, uma vez que a perspectiva dos demarcadores e marcadores territoriais promove territorialidades distintas. Os demarcadores envolvem formas

[6] A alíquota equivalente ao atual IPTU vai chegar a 55% em 1942 para moradores de aluguel. Em 1918, essa alíquota era de 25%, passando para 30% em 1919, de acordo com Alfonsin, 2000.

físicas de definição de um território, quer seja por escrituras de propriedade, legislações ou presença de ações/objetos que limitam o território em si (forças militares, muros, etc.). Já aquela formada pelos marcadores envolve a dimensão da valoração de objetos de forma abstrata, ou seja, é um conjunto informal (sem valor legal) e/ou simbólico, que expressa sentimentos/sensações sobre esses símbolos que formam essa territorialidade, numa perspectiva étnica, pois esses são reconhecidos por todos que fazem parte do conjunto e expressam esse sentimento no indivíduo, territorializando-o naquele grupamento, no coletivo, conforme a perspectiva de Henriques. Na antiga Colônia Africana, isso ocorre pelos locais de passagem, também afirmado por Cunha Jr. Como trouxe o relato da Dona Catarina e do Sr. Antônio, o local de tomada do bonde para o centro, a Bica, enfim, eram elementos do convívio e que representa um acúmulo simbólico transpassado pelo tempo. De acordo com Raphael Copstein,

> A escravidão, penosa para os que a ela são submetidos, não deixa de ser, nas sociedades em que vigorou ou que ainda impera acobertada, elemento organizador do espaço. A existência da instituição exige instalações para acomodar os cativos, cuja atividade estrutura o espaço geográfico na medida em que este depende de trabalho braçal mal visto pelos senhores. O escravo, mesmo não produzindo em proveito próprio, imprime no meio em que vive seu cunho pessoal. (COPSTEIN, R, 1977).

Porém, nessa mesma porção do espaço, vai ocorrer aos poucos a inserção de novas pessoas, de etnias diferentes, influenciando a organização territorial e que irão dominar essa área, fazendo prevalecer sua cultura e sua forma de organizar-se, ou seja, paulatinamente, ocorre uma nova delimitação do espaço, paralela a uma organização formal, regida pelo poder público, aproximando-se da perspectiva de Sack sobre a territorialidade. Esse processo dá-se em dois momentos: o primeiro momento é aquele das territorialidades étnicas e culturais, o segundo momento é a nova configuração do bairro, resultado da ação do poder público, “regularizando” as propriedades e favorecendo a introdução de novos moradores, dotados da perspectiva de território como posse, ao contrário dos primeiros, que se dá pelo uso.

5 A territorialidade étnica

A relação estabelecida pela territorialidade étnica, própria dos afro-brasileiros socioculturalmente estabelecidos, os vincula ao solo não pelo seu valor de troca, mas sim, num híbrido, entre eles e o solo, ou seja, o terreno físico e os elementos do ambiente são simbólicos, fazem parte de sua vida como o fundamento para a existência humana, numa relação harmônica. Um Terreiro não existe sem o solo, não pode ocorrer sem

uma área que faça o contato com o "chão". É mítico, faz parte de sua cultura. Dessa relação também emergem os valores sociais, valores cotidianos, como respeito e admiração. Esse conjunto forma valores étnicos, que conservam a moral e a ética da convivência, do cotidiano.

A esse respeito, a fala do Sr. Antônio é muito significativa, embora não faça parte da religião de matriz africana, ele a estuda e compreende o papel dela na organização cotidiana. Para ele, ao ser indagado sobre a existência das casas de religião de matriz africana (terreiros) e o seu papel, responde:

> Tinha e como tinha, e aos poucos foram sumindo, porque aos poucos a igreja foi ceifando, a igreja pegava, assim da família, dois, três, um e vou tentar mudar... e o resto seguia, tem até hoje só que hoje é bem diferente da maneira que era a religião.
> É a casa de nação como a gente chama ou nos tempos modernos de hoje, casa de sabedoria. Por que casa de sabedoria? Porque a casa de nação é como se fosse uma tribo, e quem é que comanda na tribo? Os mais velhos têm experiência e a sabedoria e hoje muitos foram morrendo e não ensinaram os mais novos, e hoje você vê, em todo lugar tem igreja , e eles foram levando os mais novos. (ENTREVISTA COM SR. ANTÔNIO, SETEMBRO/2010).

Assim, os valores simbólicos que formam esse território se manifestam através das casas de religião de matriz africana, no conjunto entre os demais símbolos do convívio. A ação do Estado vai romper com esse elo, uma vez que ele estimulou a entrada de novos moradores no bairro que possuíam outra construção territorial, herdada do Velho Mundo, principalmente.

A noção territorial em diferentes nações passa pela ideia da posse, noção essa espalhada pelo mundo deste o tempo dos grandes impérios, na antiguidade. Essa cultura se mantém e influencia as políticas públicas, uma vez que o próprio Estado se organiza pelo domínio do território, entre outras maneiras, pela posse. A forma da regularização fundiária no Brasil se baseia na posse da terra, assim, exercendo, ao beneficiário, o papel de dono. Ora, esse processo ocorre em detrimento dos grupos minoritários, com uma construção e manutenção cultural, geradora de territorialidades, originária da África, onde a organização territorial, como esclarece Henriques, se dá pelo uso e não pela posse. Da mesma forma, a esse fenômeno organizacional realizado pelo Estado, Bauman nos diz que:

> Os moradores sem meios, e por isso vistos pelos outros como ameaças potenciais à sua segurança, tendem a ser forçados a se afastar das partes mais benignas e agradáveis da cidade e amontoados em distritos separados, semelhantes a guetos. Os moradores com recursos compram casas e áreas separadas por eles escolhidas, também parecidas com guetos, e impedem todos os outros de se fixarem nelas. Além disso, fazem o possível para desligar o mundo onde vivem daqueles dos demais habitantes das

> cidades. Cada vez mais seus guetos voluntários se transformam em guarnições ou postos avançados da extraterritorialidade. (BAUMAN, 2007, p. 78-79).

Assim, o território decorrente da inserção de novos indivíduos na Colônia Africana vai modificar-se, corrompendo essa territorialidade étnica, levando, lentamente a uma nova territorialidade, fruto de seu controle sobre aquela região, ou seja, socialmente aceita para aquele grupo. Logo, a corrupção dos marcadores territoriais como forma de desestruturação daquele território, leva esse espaço, outrora produto de relações sociais estreitas, como em uma territorialidade étnica a um espaço de habitação, com traços territoriais enfraquecidos, favorecendo a dispersão étnica.

6 O Estado e a organização territorial: desocupações, segregações e integrações

A organização do bairro que culminou com o gradual desmantelamento da Colônia Africana é vista pela comunidade dos negros entrevistados como estratégia de instalar ali imigrantes europeus, resultando no branqueamento populacional (inclusive entre a Colônia Africana e o local onde encontravam-se o parque industrial da cidade – bairros Navegantes e parte do Floresta). Para os conselheiros nacionais da educação, que formularam o parecer 03/2004 (que lança as diretrizes de implementação da lei 10.639/2003), esse processo é claro, tanto que o parecer sobre a lei

> visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição (CNE, 03/2004, p. 3 – grifos do autor).

Na fala alguns dos moradores antigos dos bairros aparece a menção ao processo de branqueamento. Moradores como o Sr. Antônio e a Família Rosa, que permanecem no local, o processo é muito mais nítido. Para o povo negro, que passou séculos em regime de escravidão, isso é mais um condicionamento social. Então, para os moradores que gradativamente saíram dali, o processo de migração é percebido como algo natural, pela “inferioridade” dos negros que está arraigada na cultura diversa do país. De acordo com Marilene Leal Paré (2005), o racismo no país é maquiavélico e que ele ainda não teve fim. As relações socais, de acordo com a autora, sugerem uma pretensa superioridade branca ante a

negra.

> Nossa mente de negro brasileiro é condicionada a uma "feiura física" a qual não pode aparecer nas imagens públicas quaisquer que sejam. Esse reforço condiciona trabalhando ora "suavemente", como na expressão "negro de alma branca", ora com agressão direta, como em "seu negro macaco". Imagine sendo introjetados na psique da pessoa negra, desde a tenra idade e por toda a sua vida, diariamente, elementos condicionantes de baixa autoestima, inibitórios e, consequentemente, marginalizantes. (PARÉ, 2005, p. 20).

Ainda pelos registros históricos da chegada de famílias germânicas no Rio Grande do Sul, obtidas através de seus sítios digitais, é comum encontrar nos relatos que os germânicos traziam consigo suas técnicas fabris e sua disponibilidade para o trabalho. Esse processo resulta, anos mais tarde, numa valorização expressiva dos lotes de terra da área norte do entorno da antiga Colônia Africana, o que sugere que o processo foi gradual, culminando nas áreas de terrenos mais valorizados da cidade já no início da década de 70 (COPSTEIN, G., 1977).

Em Lefebvre, a segregação a que se refere está ligada ao conjunto segregado que a cidade compôs, ou seja, é um reflexo do modo de vida da cidade. Um exemplo característico desse processo se inicia em meados do século XIX, com os projetos arquitetônicos propostos pelo arquiteto Heydtmann, a pedido do governo de Porto Alegre (WEIMER, 2010). O autor afirma que

> Esta revisão dos alinhamentos das ruas do centro da cidade ainda se mantém em grande parte até nossos dias, salvo nas vias de grande movimento que começaram a ser abertas a partir da política do "bota abaixo" que começou a ser promovido pela primeira administração de Loureiro da Silva, em pleno Estado Novo e depois foi ampliado através dos sucessivos planos diretores igualmente autoritários e impositivos. (WEIMER, 2010, disponível em http://www.ihgrgs.org.br/artigos /Friedrich_Heydtmann.htm).

Ou seja, a Colônia Africana era o oposto da lógica da economia hegemônica, entendida por aquela camada da sociedade que detém privilégios econômicos e culturais e se destaca, a partir de uma construção herdada das sociedades ocidentais europeias, como superior às classes de menor poder aquisitivo. Quando, associada ao poder público, interfere nas políticas a serem desenvolvidas, por ser, justamente, a sociedade hegemônica . Tais políticas proporcionaram o desmantelamento, o desmembramento dos marcadores territoriais, e também se manifestou na direção de destruir a cultura, mas, o que se conseguiu foi a desestruturação da configuração. Uma coisa (dentre várias outras) que essa sociedade não consegue suprimir da cultura afro-brasileira é a sua capacidade de se perpetuar, justamente por estar

ligada aos terreiros, por estar, o tempo todo, sendo reorganizada e não depender das estruturas modernas e formais. É um processo de construção sociocultural (dentro do terreiro) e outro, um processo de desconstrução na sociedade hegemônica, seja pelas ações preconceituosas, seja pelo racismo direto ou indireto. A desigualdade social existe no Brasil no tocante a etnias e é (aqui e em outros países) um dos principais fatores da permanência dessa situação. Assim, sendo vistos aos olhos da sociedade hegemônica como inferiores, essas pessoas ficam à margem da cidade almejada, como descreve muito bem Lefebvre:

> As condições que fazem surgir as possibilidades também podem mantê-la em estado virtual, na presença-ausência. Não seria esta a raiz do drama, o ponto de emergência das nostalgias? O urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem como sendo apenas possíveis. Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, dos não-integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado: excluídos da cidade, às portas do "urbano". (LEFEBVRE, 2002, p. 102).

Como foi dito antes, o que contradiz essa lógica, no caso da territorialidade sociocultural expressa pelas casas de religião são os próprios ensinamentos, que mantém, eu seu cerne, a simplicidade do olhar para a vida, de apenas viver de forma feliz. Numa realidade de crescimento populacional e dinamismo fabril/mercantil que Porto Alegre vivenciava a partir do início do século XX, a introjecção de um modo de vida mais frenético, intenso, na Colônia Africana foi, gradativamente, destruindo os referenciais de território, pois, como disse Raffestin (1993) sobre a territorialidade, ela só é possível pela relação e como corrobora Henriques (2003), o território étnico africano (e suas raízes permaneceram nos afrodescendentes) só é possível no grupamento social hierarquizado e na relação com o solo, que é divinizado e não visto como um mero produto.

7 Considerações Finais

Considerando o exposto, percebe-se que a cidade é uma verdadeira colcha de retalhos, compondo microterritórios dentro de um território formalmente constituído. Seu tamanho e diversidade são de difícil entendimento da maioria das pessoas, especialmente, porque a educação formal não dá conta de explanar essa dimensão. Também seria demasiado denso para expor tais dimensões esmiuçadas para as pessoas do ensino básico.

Outra percepção do texto é que a organização da sociedade é

contraditória. De acordo com Lefebvre (2001), ela é integradora e segregante ao mesmo tempo. Ela é integradora por aquilo que o é conveniente, como o mercado, "no mundo da mercadoria, do consumo", através da cultura, através dos "valores", os quais o Estado se encarrega de difundir pelos seus diferentes instrumentos, seja pela mídia, seja pela educação; e expressos nas políticas nacionais que cada país adota. A segregação, por sua vez, advém desse próprio processo: do encaixe em categorias, do diferente, assim, criando espaços-guetos. A sociedade, vista como um todo é um conjunto de diferentes fragmentos. O problema, como dito anteriormente, está na dificuldade de costurar cada fragmento um com o outro, pois estão cada vez mais enrijecidos, de difícil penetração. No contexto da Colônia Africana, isso se expressa pelo status que o antigo bairro ganhou, como era noticiado nos jornais, como sendo um antro de tudo o de pior poderia se imaginar. Isso reforça a ideia de uma diferença grande entre os grupos dos "iguais" e que faziam parte da elite social e que, ao mesmo tempo, partindo do entendimento de Gramsci sobre a hegemonia, influencia as políticas públicas. Essa organização pressupõe uma continuidade, sendo o Estado influenciado por essa parcela da sociedade que possui maior poder financeiro (visto que, historicamente, tiveram maiores acessos aos meios de educação, cultura), o que manteve, com o passar dos anos, a mesma separação entre os que detinham grande poder financeiro, da parcela social menos favorecida, sem representantes nas Câmaras dos governos, bem como, sem representação direta no governo.

Assim sendo, o efeito que a sociedade hegemônica de Porto Alegre, detentora do poder do capital e influenciadora das políticas públicas, exerceu sobre esse território enfraqueceu a relação territorial, ou seja, a territorialidade étnica da Colônia Africana, modificando a relação que esses tinham com a terra, desviando o olhar divino que a mesma tinha para um olhar comercial que ela passou a ter. Esse enfraquecimento pode ser entendido como um tecido, que com o tempo, exposto e sem cuidados, pela falta de quem o fizesse, devido às pressões sociais, foi, gradativamente, se deteriorando pela ação do tempo e das pressões sociais demonstradas anteriormente a que estava exposto. Dessa forma, os "furos" que iam aparecendo contribuíram ainda mais para o aumento do desgaste. Esses "furos" do tecido são os novos moradores que começaram a comprar os terrenos nas bordas e pelo centro da Colônia Africana. O papel do poder público, através de suas políticas está na corroboração para tal fato, facilitando o acesso através das infraestruturas instaladas, que serviam, sim, aos moradores, mas também facilitavam a entrada de outras pessoas que antes não procuravam aquele lugar.

Referências

ALFONSIN, B. **Da invisibilidade à Regularização Fundiária**: Trajetória Legal da Moradia de Baixa Renda em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), PROPUR - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

BAUMAN, Z. Fora de alcance juntos. In **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 77-98.

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**. Instituto de Geografia /USP: São Paulo, 1971.

BESSE, J-M. Entre Modernité et postmodernité: la representation paysagère de la nature. In ROBIC, M-C (org) et all. **Du Milieu a L'environnement**. Reliure inconnue. Econômica: França, 1992

BOHRER, F. R.. Breves considerações sobre os territórios negros urbanos de Porto Alegre na pós-abolição. In: **Iluminuras**, Porto Alegre, v.12, n. 29, p. 121-152, jul./dez. 2011.

CARLOS, A. F. A.. Repensando a geografia urbana: uma nova perspectiva se abre. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Os Caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994

CNE – Conselho Nacional de Educação. **Parecer 03/2004**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf

COPSTEIN, G. Contribuição ao estudo da estrutura urbana de porto alegre. In **Boletim Gaúcho de Geografia**, n.º 6: 1-20, jul., 1977 (disponível em: http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37644/24294

COPSTEIN, R. Subsídio ao estudo da escravatura no sul do estado. In **Boletim Gaúcho de Geografia**, n.º 6: 21-40, jul., 1977 (disponível em: http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37645/24295

CUNHA JR. H. e RAMOS, M. E. R. **Espaço urbano e afrodescendência: estudo da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas**. Fortaleza: EdUFC, 2007.

GAMALHO, N. P. A produção da periferia: das representações do espaço ao espaço de representação no bairro Restinga (**Dissertação**). Porto Alegre: UFRGS/PPGEA, 2009.

HENRIQUES, I. C. **Território e Identidade: o desmantelamento da terra africana e a construção da Angola Colonial (1972-1926)**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2003.

KERSTING, E. Indícios em representações: denominações em torno da colônia africana. In **Anos 90**, V. 06, nº 9. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1998

LACOSTE, Y. A quoi sert Le paysage? Qu'est-ce um beau paysage? In ROGER, A. **La Theorie Du Paysage en France**. Cahmp Vallon: França,

1994.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001

PARÉ, M. L. Prefácio. In, SANTOS (org), **Negro em Preto e Branco**: história fotográfica da população negra de Porto Alegre. Porto Alegre: Do Autor, 2005, p. 20

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, **Legislação Tributária do Município de Porto Alegre IPTU e Tcl**. Disponível em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smf/usu_doc/coletanea_iptu_2011_editado.pdf. Acessado em junho/2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, C. S. Regularização fundiária em Porto Alegre: um estudo da distribuição espacial. **Dissertação** de Mestrado. Campinas: Universidade de Campinas, 2007.

SACK, R. D. **Human Territoriality** (Territorialidades Humanas). Cambridge: University Press, 1986

WEIMER, G. **Projeto Inédito De Friedrich Heydtmann**, 2010. Disponível em: http://www.ihgrgs.org.br/artigos/Friedrich_Heydtmann.htm, acessado em 11/08/2011.